

Itamar não vai pagar “aumentos ilegais”

■ Presidente acusa Legislativo e Judiciário de terem partido para confronto com governo e diz que esta é a “crise mais preocupante”

MÁRCIA CARMO

BRASÍLIA — Determinado a fazer valer as regras do plano de estabilização econômica, o presidente Itamar Franco avisou ontem que não vai liberar recursos para “pagamento de aumentos ilegais” de salários do poderes Judiciário e Legislativo. Em entrevista exclusiva ao **JORNAL DO BRASIL**, Itamar reconheceu que a disputa salarial entre os três Poderes registra a “crise mais preocupante” do seu governo, deixando claro que está estabelecido o confronto entre Executivo, Legislativo e Judiciário — os dois últimos aprovaram aumentos contra as regras estabelecidas pela Medida Provisória 434, que criou a URV.

“A decisão da Câmara de rejeitar o veto foi estapafúrdia e de alta insensibilidade”, condenou. “E a do Judiciário foi ilegal, porque fere a Medida Provisória”. As declarações de Itamar foram feitas um dia após comandar uma reunião ministerial tensa de três horas e meia, no Palácio do Planalto, que contou com a participação de 14 ministros, incluindo os militares. “O equilíbrio entre os três poderes ficou prejudicado”, afirmou o presidente, lembrando um dos tópicos da dura nota oficial que divulgou logo após o encontro. “A preocupação hoje

não é só com os militares, mas com o país”, disse, afônico, graças a uma gripe mal curada.

Itamar entende que o povo não pode perder, mais uma vez, a oportunidade de ter a inflação reduzida por conta de decisões isoladas como a do Judiciário, que afetaria a previsão de gastos do governo e a determinação do Executivo de tentar fazer valer a isonomia salarial entre os três Poderes. Por isso, confessou a amigos que trata-se de uma crise institucional grave.

O presidente está decidido a brigar até o fim com o Judiciário e o Legislativo — que ainda depende de votação no Senado para aprovar a rejeição ao veto presidencial ao aumento de deputados e senadores. Por isso, amanheceu ontem com a decisão de não liberar recursos para esses aumentos. Um assessor palaciano lembrou que Itamar tem recebido cartas propondo medidas autoritárias e a antecipação das eleições.

O Supremo Tribunal Federal decidiu fazer a conversão dos vencimentos do funcionalismo do Judiciário com base nos valores pagos no dia 20 de cada mês e não no último dia útil do mês, o que, segundo estudos da Secretaria de Administração Federal, resultará em aumento real de 10,9%.

Josemar Gonçalves — 6/1/94



Itamar disse que vai brigar até o fim em defesa do seu plano econômico

O Executivo considera essa conversão ilegal, já que a MP 434 define claramente que a conversão dos vencimentos de todo o funcionalismo público deve ser feita pela URV do dia 30. Esse é o fundamento do presidente Itamar para considerar ilegal a decisão administrativa do

STF. O Supremo alega que o artigo 186 da Constituição prevê que os repasses de dotações orçamentárias do Executivo para o Judiciário e o Legislativo têm de ser feitos até o dia 20. A questão, segundo o Planalto, é que aí não se prevê o pagamento dos salários nessa data.